

## Os impactos da liberalização do comércio no campo mexicano: A 24 anos do tratado de livre comércio da América do Norte



<https://doi.org/10.56238/sevened2023.006-145>

**Vanessa Gonçalves da Silva**

Bacharel em Relações Internacionais  
Universidade Federal do Tocantins

**José Pedro Cabrera Cabral**

Pós-doutorado  
Universidade Autônoma Metropolitana do México

### RESUMO

O presente texto pretende contribuir com o debate iniciado na década de 2000 a partir da iniciativa dos BRICS sobre os Países de Renda Média – PRM e os impactos das políticas de cooperação para o desenvolvimento. Tomando como base a implementação do Tratado de Livre Comércio de América do Norte – TLCAN de 1994, entre Estados Unidos, Canadá e México. O mesmo se apresentou na época como uma política de cooperação para o desenvolvimento que posteriormente se

demonstrou como uma ação de grande escala de expansão do capitalismo de mercado norte-americano. A premissa que norteia a pesquisa foi a de analisar os impactos socioeconômicos no campo mexicano com foco em: a) os impactos nos mercados de trabalho; b) na produção agrícola e na segurança alimentar e; c) nos processos migratórios internos e externos. A pesquisa se realizou a partir de fontes documentais acadêmicas, em jornais e em documentos oficiais do governo mexicano. O foco de análise foi de uma leitura crítica sobre os processos desencadeados a partir da implementação do TLCAN no campo mexicano. Os resultados apontam para os seguintes impactos: a) um aumento significativo do desemprego e do trabalho informal no campo mexicano; b) o aumento de processos migratórios tanto internos como externos; c) o agravamento de uma crise alimentar sem precedentes na história do país.

**Palavras-chave:** México, Liberalização, TLCAN.

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 IMPACTOS DO TLCAN NO CAMPO MEXICANO

Com a assinatura do TLCAN México procurava acesso aos mercados de Estados Unidos e Canadá, eliminar os obstáculos para a comercialização com estes países, se promovia o afastamento progressivo do Estado para assim poder eliminar distorções de mercado, melhorando as diferenças econômicas e agrícolas entre os países e, enfrentar os desafios da liberalização total do mercado. Entre os benefícios do TLCAN se acreditava, deveria expandir-se o comércio o que isso implicaria, em maior crescimento econômico e, conseqüentemente, um aumento substancial na oferta de emprego.

Outro ponto de destaque nos argumentos a favor do TLCAN foi à diminuição dos preços de cultivos importados por México, assim como uma importante reestruturação produtiva do meio agrícola, que impactaria em maior eficiência da produtividade como do abastecimento local. A substituição de elaboração de produtos que poderiam se importar com menores custos, dedicando-se assim, a produção de produtos mais rentáveis para a exportação. Segundo Lechuga e Garcia (2014:8), a nova estratégia de abertura comercial pretendia aumentar a renda agrícola, através de uma expansão



no setor de frutas e hortaliças, aproveitando a vocação de boa parte da superfície nacional, vista a existência de condições climatológicas e de ser um intensivo no uso de mão de obra, elemento abundante no país.

A fundamentação ideológica do TLCAN, segundo Puyana e cols. (2006: 226), está no papel da condição de mercados “perfeitos”, que jogam os preços para determinar a designação de fatores produtivos, ao vincular estreitamente os preços internos às cotizações mundiais, pela ação da lei do “preço único”, se alteram os preços relativos, se deprimem os preços de bens importáveis não eficientes e aumentam os preços dos exportáveis. Estes movimentos de preços elavam a produtividade setorial ao propiciar mudanças no uso dos fatores produtivos, terra, capital e mão de obra para atividades transáveis com evidentes vantagens comparativas. Com esse marco conceptual, e em condições de mercados perfeitos, a abertura comercial prejudica aos produtores, vendedores de bens não competitivos e beneficia aos produtores e vendedores netos de produtos que se produzem no país mais eficientemente que no exterior. Assim, todos os consumidores serão beneficiários netos. Esta era a formula indicada pelas organizações internacionais para a apropriação e comando do novo modelo dominante.

Como aponta Calva (2004a: 71-72) tanto nas propostas do Banco Mundial como da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE, o paradigma “agrícola” comum, apresentado por estas organizações tem por base a hipótese central de que, a uma maior liberalização do comércio, assim como uma menor participação do Estado no fomento direto da agricultura, iriam a conduzir a um “mundo melhor” em termos de crescimento econômico e bem estar social. Este paradigma faz parte do “pacote” de reformas estruturais que durante as três últimas décadas se implementam na América Latina, como uma formula salvadora para os países em desenvolvimento. No caso particular de México, os resultados não corresponderam com as expectativas. Os programas neoliberais de mudanças estruturais no setor agropecuário produziram um grande processo de liberalização, e os principais impactos provocados foram: 1) uma significativa redução da participação do Estado na promoção do desenvolvimento econômico do setor; 2) a abertura comercial unilateral que incluiu completamente o setor agropecuário no Tratado de Livre Comércio de América do Norte – TLCAN e; 3) a reforma da legislação agrária que suprimiu o caráter inalienável, a impossibilidade de embargo da terra e o caráter imprescritível da propriedade campesina.

Os resultados da experiência neoliberal foram bem diferentes do que se imaginou: em valor *per capita*, o PIB agropecuário e florestal de 1999 foi de 17,6% inferior ao de 1981; em quilogramas *per capita*, a produção dos oito principais grãos em 1999 resultou 27,6% menor que a de 1981; a produção de carnes vermelhas diminuiu 34,6% nesse período. A produção de leite se reduziu 15,5%. Em contrapartida, as importações de alimentos passaram de 1.790 milhões de dólares em 1982 para 7.274 em 1994 e para 8.601 em 1999. Os elementos essenciais da reforma neoliberal da política agrícola



levaram a estes resultados. A abertura comercial unilateral, que combinou uma política do “peso forte” que utilizou a taxa de câmbio como freio anti-inflacionário e levou a serias consequências da moeda mexicana durante dois momentos, entre 1989 e 1994 e ente os anos 1999 e 2000, provocou um abrupto descenso dos preços reais dos produtos agropecuários nos que México tinha desvantagem competitiva. A queda dos termos de intercâmbio do setor agropecuário se somou à retração do Estado em suas ações de fomento do desenvolvimento rural.

Os efeitos deste desmonte dos termos de intercâmbio do setor levaram, na contra corrente do que ocorreu nos países com setores agropecuários fortes, entre eles Estados Unidos, Canadá, União Europeia, que reforçaram suas políticas intervencionistas de governo no campo, no México se produziu uma acelerada supressão e redução dos programas de fomento setorial, sob o argumento neoliberal de que os agentes privados atuando em mercados desregulados e sem distorções derivadas de programas setoriais, conseguem uma excelente melhoria de recursos produtivos. O investimento público e o fomento rural diminuíram 93,4% durante o período de 1982 a 1999, afetando a necessária expansão da infraestrutura. Também o gasto público no fomento rural diminuiu 74,6% entre 1982 e 1999. Outro elemento que afundou o setor agropecuário foi o escasso crédito agrícola, A banca nacional de desenvolvimento diminuiu seus créditos agropecuários de 19.193 milhões de pesos mexicanos em 1981 para 3.992 milhões em 1999, afetando os campesinos mais necessitados. Isto se traduziu em um constante acúmulo de dividas dos campesinos devido às dificuldades de pagar os créditos contraídos (Calva 2014a: 73-74). Como observou Calva (2004b: 14), durante o modelo econômico neoliberal de operação do TLCAN de 1994 a 2002, a taxa média de crescimento do PIB foi de 2,8% anual, enquanto que no período 1935 a 1982 a taxa média de crescimento anual foi de 6,1%.

A severa redução da participação do Estado no desenvolvimento econômico do setor agropecuário se agravou, com a privatização e desmonte da infraestrutura estatal de apoio à produção, financiamento, armazenamento, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários. Foram privatizados os sistemas de irrigação e toda a estrutura de armazenamento de alimentos, foi extinta a empresa *Fertimex* – empresa estatal que vendia fertilizantes a preços subsidiados, o *Inmacafé* – instituição pública que apoiava a produção e comercialização do café, assim como a extinção de *Banrural* que operava como banca creditícia de desenvolvimento rural. Como afirmou Concheiro e Robles (2014: 198), também se eliminarão os subsídios à água e se reduziu a oferta de seguros subsidiados, para ajudar aos agricultores a enfrentar as perdas causadas por fenômenos climatológicos.

Um estudo publicado em 2004 por Gómez e Schwentesius salienta a importância de observar os dados de importações estatísticos de 1989, 1990 e 1991 para realizar estudos comparativos sobre os efeitos do TLCAN, visto que estes foram os anos base para a negociação do TLCAN, e sobre o resultado das importações desse período se fixaram as cotas de importação. A base de informações de Estados Unidos sobre o tema inicia no ano de 1989, enquanto que as autoridades mexicanas o fazem



desde 1993. Na análise dos autores, é relevante observar a queda do PIB *per capita* na produção de produtos agropecuários. Observe-se a tabela 1.

Tabela 1. México. Evolução do PIB agropecuário e a produção de produtos agropecuários *per capita* 1982 - 2002

	1982	1985	1990	1995	1998	2000	2002
PIB agropecuário total	923	937	824	813	829	821	806
Milho (kg por habitante)	206	187	173	201	192	178	195
Trigo (kg por habitante)	62.0	69.1	47.2	38.1	33.8	35.3	32.5
Arroz (kg por habitante)	7.3	10.7	4.7	4.0	4.8	3.6	2.4
Feijão (kg por habitante)	16.9	13.2	15.2	13.9	13.2	9.0	12.6
Leite (litro por habitante)	102.6	98.9	74.2	82.9	88.1	95.5	95.5
Carne bovina e suína kg por habit.	31.5	30.1	22.5	25.6	24.4	24.7	25.7

Fonte: GÓMEZ, Cruz Manuel; SCHWENTESIUS, Rita. ¿Renegociar el capítulo agropecuario del TLCAN? Argumentos y Contra Argumentos. México. La jornada. 2004, p. 74.

Observa-se a queda do PIB agropecuário por habitantes, tendo especial ênfase na diminuição da produção *per capita* de grãos, carnes e láteos. Aumentou-se a importação de alimentos, a balança agroalimentar ficou negativa. Em 2001 as importações de grãos e oleaginosos representaram 62,6% da produção nacional, o que colocou em risco a segurança alimentar nacional. Produz-se um sério processo de descapitalização da agricultura e de insolvência dos agricultores, que se manifestou no estancamento dos investimentos em infraestrutura básica. Diminuiu o emprego no setor, caiu o salário e o poder aquisitivo dos trabalhadores. Durante o período do TLCAN, de 1994 a 2001 perderam-se 1,78 milhões de postos de trabalho no campo. Neste período 70% dos trabalhadores do campo vivem na pobreza, 26,3% vivem na pobreza extrema e 50% das crianças do meio rural mexicano estavam desnutridas (Gómez e cols, 2004: 74-75).

Em um estudo realizado por Calderón (2004: 145), há cinco anos de assinado o TLCAN, afirmava que a produção agrícola se encontrava praticamente estancada no país. Em 1988 a produção dos 10 principais cultivos agrícolas foi de 22,79 milhões de toneladas; para 1993, um ano antes da assinatura e entrada em vigor do Tratado, chegou a 27,03 milhões de toneladas e para 1998 alcançou 29,31 milhões de toneladas; ou seja, nos cinco anos anteriores ao TLCAN, a produção aumentou em 2,24 milhões de toneladas, em quanto, nos cinco anos posteriores a assinatura do Tratado a produção só se incrementou em 2,29 milhões de toneladas, o que equivale a uma redução próxima dos 50% no crescimento da produção. Essa situação é particularmente grave no caso do milho, a base da alimentação mexicana, em 1988 se produziram 19,59 milhões de toneladas; em 1993 foram 18,12 milhões de toneladas e para 1998 se produziram 16,42 milhões de toneladas. Antes do Tratado a produção de milho cresceu 7,53 milhões de toneladas, depois decresceu 1,7 milhões de toneladas.

Calderón afirma que no caso do trigo ocorre da mesma forma. Em 1988 a produção era de 3,66 milhões de toneladas; em 1993, foi de 3,58 milhões de toneladas e em 1998 caiu ainda mais chegando a 3,32 milhões de toneladas. No caso da soja passou de 0,26, para 0,49 e para 0,23 milhões de toneladas nos anos antes mencionados. Segundo Calderón, as elevadas importações não só se explicam pela



decrecente produção interna, adicionalmente, estas provocaram que os produtores nacionais tenham crescentes dificuldades para comercializar seus produtos devido ao diferencial de preços originado pelos altos subsídios da agricultura estadunidense. O controle monopólico do mercado atacadista de grãos e alimentos por empresas transnacionais agroalimentares propiciou práticas especulativas com o beneplácito do governo mexicano (Calderón, 2004:145).

Gómez e Schwentesius (2004: 58-62) realizaram uma avaliação dos efeitos do TLCAN a dez anos de assinado e implementado o tratado elencando que: 1) o orçamento do setor agropecuário e de pesca se reduziu de 1994 a 2001 a menos dos 50 %; 2) o setor agroalimentar no seu conjunto apresentou uma competitividade negativa dentro do TLCAN; 3) com o aumento das importações de grãos e oleaginosos se deslocou a produção de outras culturas que, como consequência levaram a um aumento do desemprego no campo; 4) as informações demonstram que México está perdendo a soberania alimentar por uma maior dependência das importações; 5) as supostas vantagens dos consumidores de ter acesso a alimentos mais baratos, a partir das importações, resultou ser demagógica; 6) o TLCAN há estimulado a transformação mais drástica e profunda na história da agricultura mexicana, levando a aproximadamente 1.000 agricultores a triunfar no tratado de livre comércio e a milhões de agricultores ao fracasso.

A Câmara de Deputados da República de México elaborou no ano de 2003, três estudos relacionados com o TLCAN, o primeiro a ser publicado “*El TLCAN y la Agricultura: Situación general al 2002 y propuesta de solución a la problemática generada para la apertura en el 2003*”. O relatório apontou alguns efeitos negativos do tratado nesta primeira avaliação, com ênfases nos impactos sociais que o processo gerou na população mexicana. Basicamente, podemos concluir que o documento acima citado reconhece e valida a análise realizada por Gómez e Schwentesius (2004), entre os pontos negativos o relatório observa: a) produtos e importações que ultrapassaram as cotas negociadas e; b) a situação social e seus indicadores. Reconhecendo que mesmo com um aumento significativo das exportações os intercâmbios comerciais com Estados Unidos, “não trouxeram uma efetiva melhoria no nível de vida da população, em uma melhor distribuição de riqueza, nem muito menos o campo se viu beneficiado”.

El impacto del Tratado en términos de generación de empleos, mejora salarial y condiciones de vida ha sido muy limitado. Entre otras razones, por la alta concentración de los flujos comerciales y por la falta de integración de las cadenas productivas. [...] se consideramos que en México uno de cada cuatro trabajadores reside y trabaja en el campo y en los Estados Unidos y Canadá esto se da en relación de dos a cada cien. En tales condiciones, el deterioro de la situación social de los campesinos provoca en México, una crisis social, mientras que en los Estados Unidos y en Canadá, es un asunto de impacto transitorio. Esta crisis social se explica entre otros fenómenos, a partir de la migración. Durante los ocho años que lleva en vigencia el TLCAN, México retiró cultivos en más de 10 millones de hectáreas y ha sufrido un éxodo rural de aproximadamente 15 millones de mexicanos. México. Cámara de Diputados de la República, 2003: 16).



No segundo estudo da Câmara de Deputados da República, também de (2003: 15-18) “*El sector agroexportador de frutas y hortalizas frescas mexicano en el contexto de la apertura comercial: reestructuración productiva, productividad y remuneración del trabajo*”, se analisou o processo produtivo de uma empresa agrícola produtora de tomate para exportação a Estados Unidos. O estudo evidenciou que: por um lado, o aumento da produtividade na produção passou de 85.6 quilos de tomate por dia em 1986, para 131.2 quilos diários em 1996. O que representou um aumento da produtividade do trabalho de 65%. Isto se deve a utilização de sementes geneticamente modificadas, portanto, o abandono das sementes tradicionais e, por outro lado, que o valor pago da jornada de trabalho se reduziu no período em 50%. O custo em salário no custo total da produção diminuiu de 20% para 16% no período. “Estes dois dados confirmam a tendência indicada pelo coeficiente de eficiência técnica do trabalho: se incrementa a produtividade do trabalho e se diminui seu valor relativo no total do custo de produção”. O documento apresenta poucas informações sobre as reais condições de trabalho na empresa o que supõe um processo de precarização dos trabalhadores.

O terceiro e último estudo da Câmara de Deputados da República intitulado “*Análisis de las asimetrías entre el campo mexicano y estadounidense*”, analisou de forma comparada as assimetrias presentes na realidade do campo de México e de Estados Unidos. Na análise podem-se observar os seguintes pontos de destaque: a) População do campo; a população que trabalha e reside no campo mexicano é 25% da total do país sendo 12.5 vezes maior percentualmente que a dos Estados Unidos 2%; 80% da população ocupada no campo nos Estados Unidos é mexicana ou de origem mexicana; b) Superfície de terra média por produtor: a média de superfície por unidade de produção é de 2,3 hectares no México, sendo nos Estados Unidos de 60 hectares e a superfície de irrigação de 1 para 12.8 respetivamente; c) Insumos para a produção: há uma média de 40% favorável a Estados Unidos; no caso de tratores por produtor existem nos Estados Unidos 1.484 sendo que no México é de 0,02.

Na análise das assimetrias os itens relativos à capacidade econômica eram: a) subsídios para o produtor *per capita*; se observa uma relação de 1 no México para 25 nos Estados Unidos; montante como parte do ingresso do produtor a relação é 1 a 2,47. No relativo a financiamento e crédito o relatório diz: “Os recursos para o financiamento necessários para desenvolver integralmente o campo são suficientes nos Estados Unidos, já para o México não existem ou são insuficientes” (México Camara de Diputados de la República, 2003: 15-19). Em termos gerais, os impactos no México de estas assimetrias se traduzem em: a) perda de empregos no meio rural; b) redução do número de unidades produtivas; c) concentração da produção, distribuição, comercialização e transformação nas mãos de poucas empresas grandes, ou seja, presença de transnacionais da alimentação; d) diversificação dos ingressos da população rural e a redução da participação da renda agropecuária na renda total das famílias rurais.



Em outro estudo sobre a temática Concheiro e Robles (2014: 199), analisam o período entre 1994 e 2006, os primeiros 12 anos do TLCAN, e afirmam que desde a entrada em vigência do Tratado (1994), a média anual do índice de dependência Norte Americana nos 10 cultivos básicos passou de 27 para 38% até o ano de 2006. No caso dos oleaginosos, este índice chegou a 89% durante o quadriênio 2003 – 2006, aumentando nove pontos durante o quadriênio 1994 – 1997; no caso dos grãos, o índice se incrementou sua média anual em 10 pontos durante o mesmo período passando de 19% para 29%. Os autores alertam para outra questão relevante implícita no TLCAN, a dependência alimentar que também vem comprometendo a qualidade nutricional e sanitária dos alimentos. A importação de produtos manipulados de forma biológica constitui uma situação de intercâmbio desigual.

O estudo de Rubio (2008) afirma que, a substituição da produção nacional pela importada se manifestou de fato nos dados em 1990, só 19,8% do consumo aparente nacional de grãos básicos provinha das importações, já em 2006, 31,5% era importado. No caso do arroz passou de 37% do volume importado em 1990 a 71% em 2006, enquanto que no caso do trigo, para o mesmo período, de 8% para 56%. Por sua parte o PIB agropecuário decresceu a 0,26% anual, durante o período de entrada em vigor do TLCAN (1994-2006) (Rubio, 2008: 38). Os efeitos do TLCAN tiveram um impacto devastador para os agricultores mexicanos e a estratégia conduzida pelos Estados Unidos faz parte da nova ordem agroalimentar global. A partir do TLCAN Estados Unidos impus uma forma de dominação e subordinação sobre os produtores rurais dos países latino-americanos, a través da concorrência desleal de seus produtos baratos, processo ao que Rubio chamou de “*explotación por despojo*”<sup>1</sup> a partir da qual as grandes empresas agroalimentares tiraram dos produtores o excedente produzido, mais também parte do custo necessário para repor os meios de produção utilizados, impedindo-se com isso o reinício de um novo ciclo produtivo.

Como apontou Crawford (2011:460), em um estudo que avalia o TLCAN no seu décimo quinto ano de funcionamento, as exportações agrícolas totais de México em 2008 tiveram um valor de 16,9 mil milhões de pesos mexicanos. As importações correspondentes tiveram um valor de 23,2 milhões de pesos. “Os Estados Unidos é o sócio comercial de agricultura e de produtos alimentícios maiores do México, comprando o 78% das exportações mexicanas e suprindo 76% das importações dentro da categoria”. Por outra parte, o 70% das importações agrícolas de Estados Unidos produzidas por México consistem em verduras, frutas e bebidas alcoólicas.

---

<sup>1</sup> RUBIO (2008: 47-71) define o conceito desta forma: A *explotación por despojo*” a entendemos como uma forma de exploração na qual não somente se extrai do produtor direto o excedente produzido, senão que, graças as importações baratas, se extrai parte do que utilizou nos custos de produção, com o qual se estabelece, além de um ato de exploração, um ato de apropriação que impede ao produtor reiniciar um novo ciclo produtivo.



## 2 OS IMPACTOS DO TLCAN NO EMPREGO AGRÍCOLA E NA MIGRAÇÃO

No referente ao emprego agrícola a partir da implementação do TLCAN, os mercados se demonstraram pouco dinâmicos como salientou Lechuga e cols (2014: 7), a pesar de observar-se um pequeno aumento, o que se explica pelo aumento da fronteira agrícola e não por outros motivos. Desde 1994 até 2010, o emprego agrícola aumentou o equivalente ao ingresso no mercado de trabalho de 34,6 mil pessoas, não obstante, a participação do emprego agrícola na PEA<sup>2</sup> do setor primário diminuiu de 29,2% para 27,3%, a queda do percentual se explicaria por que nos anos anteriores ao TLCAN, a PEA do setor primário cresceu a um ritmo mais acelerado em relação ao crescimento do emprego agrícola. A política do setor agrícola não se constitui numa tendência de melhoria nos níveis de condições de emprego, nem no meio nem no longo prazo.

Lechuga e cols (2014), afirmam que para diminuir efetivamente a pobreza se requer o acesso a melhoria da renda, o que se consegue a partir do emprego, mas nos anos seguintes a implementação do tratado as condições do mercado de trabalho não foram satisfatórias para tal finalidade. Como alternativa forçada, a população rural se dividiu no período entre as duas opções disponíveis, a migração para os Estados Unidos ou o ingresso no emprego informal. A falta de emprego formal somada aos baixos salários se constituiu, na causa principal da migração de mexicanos para os Estados Unidos. O Conselho Nacional de População mexicano estimou, em 2010 que, residiam nos Estados Unidos 11,9 milhões de mexicanos chegando a 30% do total de imigrantes do país. O Tratado de Livre Comércio argumentou o governo mexicano em 1994, serviria para dar fim ao problema da migração ilegal a Estados Unidos, e para aumentar o emprego agrícola, sendo que nenhuma destas previsões foi concretizada.

Roldan (2015: 114) relacionando as tendências migratórias entre Estados Unidos e México, no marco do processo de reestruturação do modelo econômico do capital, sinala que o saldo a vinte anos do TLCAN em termos de migração México – Estados Unidos, longe de observar uma tendência à diminuição, se tem constituído em parte do sistema migratório bilateral de maior importância do planeta, com mais de 33,5 milhões de pessoas, sendo que ao redor de 35% delas nascidas no México e 65% de descendência mexicana. Uma característica do fenômeno migratório contemporâneo é o significativo aumento da migração indocumentada. Nos primeiros cinco anos da década de 1980, o número de mexicanos nos Estados Unidos sem documentação era de 18 de cada 100. Em 2005 somente 15 de cada 100, contavam com os documentos requeridos, sendo que o recorde se atingiu em 2007, chegando a sete milhões de pessoas, sendo assim, seis vezes maior que a registrada na década de 1990 (Roldan 2015: 115).

---

<sup>2</sup>Deve observar-se que em 1994, a PEA ativa era de quase 27,8 milhões de pessoas, com um crescimento anual médio de 3,5%, em 2001 a PEA foi de 49,6 milhões de pessoas. De acordo com as informações publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística e Geografia – INEGI (2012), os mexicanos ocupados na economia informal eram quase 14 milhões de pessoas, o que significou aproximadamente 28% da PEA. (Lechuga e cols, 2014, p. 7).





Outra particularidade no campo mexicano, aprofundada pela implementação do TLCAN, é a migração interna. Como o explica a Nova Geografia Econômica, este processo se desencadeia pela heterogeneidade da concentração da produção em diferentes regiões, fundamentalmente, pela existência de rendimentos crescentes (Quintana, 2016: 140). Este processo tem como fatores dinamizadores: a) o acesso aos mercados; as empresas tendem a concentrar-se nos mercados maiores para aproveitar economias de escalas e minimizar custos de transporte e, b) custo de vida; em locais de menores concentrações menores serão os índices de preços e maiores os salários reais. Por tanto, trabalhadores como empresas tenderiam a localizar-se e migrar a regiões com maior potencial de mercado, com a exceção dos casos em que se provoque a saída das empresas de uma determinada região buscando regiões em que a concorrência não seja forte.

O fenômeno da migração interna no México refere-se essencialmente a fatores econômicos, basicamente, se explica pela diferença no valor dos salários entre as regiões com maiores ou menores níveis salariais, onde a migração das regiões pobres para as regiões ricas reforça os padrões de concentração das empresas. Esta concentração de empresas, numa só região ofereceria também uma concentração de trabalhadores com capacidades produtivas específicas, “garantindo” uma baixa probabilidade de desemprego e por sua vez, uma baixa probabilidade de falta de mão de obra qualificada. Assim em certas condições seria mais desejável viver e produzir perto de uma concentração de produção manufatureira devido a que é menor o custo de bens que estas regiões possuem (Quintana, 2016: 161).

Mungaray e cols (2014: 168) afirmam que a migração internacional e a interna se relacionam positivamente, como resultado da proximidade geográfica das cidades fronteiriças do México com o sul dos Estados Unidos, que tem atuado como um polo de atração para a migração internacional; mais, devido a esta relação transfronteiriça, as principais cidades da fronteira norte, caracterizadas pelo crescimento e diversificação de atividades, converteram-se em lugares atrativos ou destino de trabalho para os migrantes do interior do país. Em um estudo dos processos migratórios e do mercado de trabalho na fronteira norte de México, Baja Califórnia se analisaram os fatores que impactam no mercado de trabalho e no emprego, o que ressalta que antes da crise de 2008 a geração de empregos havia sido ultrapassada pelo ritmo do crescimento acelerado da população economicamente ativa, o que se associava aos fluxos de trabalhadores que emigram para a fronteira norte de México, ou para trabalhar nas *maquiladoras*<sup>3</sup> ou bem para atravessar a fronteira para os Estados Unidos.

---

<sup>3</sup> O termo maquila se originou na Espanha e significa o valor cobrado, por parte do dono do engenho por moer o trigo aos agricultores de sua região. Atualmente é utilizado para designar qualquer trabalho de manufatura parcial, montagem ou embalagem, realizada por uma empresa que não seja o fabricante original do produto. Esta modalidade de empresa teve início no México em 1965, a partir de um tratado bilateral com Estados Unidos e México no qual, com a finalidade de produzir artigos para exportação os Estados Unidos exportavam matérias primas para México, com isenção de impostos, além de serem isentos do Imposto Geral de Importação – IGI e o Imposto ao Valor Agregado – IVA. Estes produtos depois de fabricados voltavam para Estados Unidos. As principais características da maquila são: empregos precários, com baixo salário, intensivo em mão de obra e sem proteção social. Um dos motores impulsores do TLCAN, segundo o governo



O estudo conclui que uma política efetiva de emprego, em matéria de condições de ocupação, melhora o atrativo da região como receptora de migrantes. Isto gera a atração de mais migração e ocasiona um aumento de pessoas desempregadas. Este fenômeno conhecido como “efeito *Todaro*”, explica a situação atual na qual o crescimento do emprego e da taxa de desemprego no mercado de trabalho na região da Baja Califórnia. Os resultados demonstraram que o aumento da população ocupada, os salários e o índice de competitividade social, influem de forma direta na toma de decisões das pessoas para mudar de local de residência. Existindo também, uma relação significativa entre a PEA, a migração e os salários, sendo que estas duas últimas variáveis resultaram altamente significativas (Mungaray, 2014: 181).

Os impactos do modelo agroexportador ocasionaram serias mudanças no mercado de trabalho, mais dentro do setor, os mais prejudicados foram os camponeses e os pequenos agricultores. Se a situação em relação ao emprego no meio rural já era precária desde a metade da década de 1970, a partir da década de 1980 se agravaram como resultado das políticas oriundas dos programas de ajuste estrutural e com a implementação do TLCAN. Em 1997 se publicou uma pesquisa realizada na Universidade Nacional Autónoma de México – UNAM vinculada a Faculdade de Economia, por Maria Antonieta Barrón. No estudo a autora analisa os processos de trabalho em algumas regiões do país (Jalisco, Baja Califórnia, San Luís de Potosí, Sonora, Vera Cruz, Nayarit e Guanajuato) observando o trabalho realizado nas empresas voltadas para exportação de hortaliças, frutas e flores.

A pesquisa revelou que no período de 1970 a 1994, produziram-se fortes correntes migratórias internas e externas dirigidas ao exterior, onde se encontra em primeiro lugar a migração para Estados Unidos, onde grande parte de sua população rural é composta por mexicanos ou descendentes deles.

E nas migrações no interior do país, estimuladas pela oferta de trabalho nas empresas de exportação (*maquiladoras*)<sup>4</sup>. Nos anos setenta os trabalhadores migravam em função do lugar e não das ocupações, enquanto que na década de noventa migram em função do cultivo. Estas correntes migratórias vão contribuir com um exército de reserva de força de trabalho, principalmente, feminina e infanto-juvenil. As empresas contratam mulheres e crianças para a colheita de frutas e flores e para a embalagem dos produtos. Deparamo-nos frente ao fenômeno da inclusão do grupo familiar no mercado

---

mexicano, foi que o tratado seria o principal instrumento de inserção internacional da economia mexicana, ao tempo que também seria um mecanismo importantíssimo para a redução do desemprego no país.

<sup>4</sup>A partir do término da Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos se encontrou com um significativo déficit de mão de obra masculina pela quantidade de pessoas que participaram na Segunda Guerra, para suprir esse déficit criou uma estratégia que consistiu em baixar as taxas alfandegárias norte-americanas, para exportações e importações e assim, estimular o setor industrial interno a subcontratar serviços de mão de obra extensiva em outros países. No México o surgimento da Indústria Maquiladora de Exportação data de 1965, que até o início da década de 1980 se caracterizou por uma inexpressiva importância na economia mexicana, mais a partir de 1980 até o início das negociações para a firma do TLCAN (início da década de 1990), a legislação mexicana sobre o tema avançou significativamente. Durante os primeiros 12 anos de TLCAN, se realizaram os “ajustes” necessários, a partir de tratados complementares, para que atendessem plenamente as necessidades da indústria maquiladora, permitindo assim, que as empresas produzissem para o mercado mexicano, além de garantir a presença no México de conglomerados da indústria internacional, totalmente montados a partir de investimentos estrangeiros.



de trabalho, anteriormente na cultura campesina, à mulher tinha atividades domésticas, agora se converte em provedora de renda, por que a renda gerada pelo homem não suporta o orçamento familiar.

Observe-se a quantidade de trabalhadores ocupados por idade e sexo no estudo de Barrón:

Tabela 2. População ocupada por grupos de idade e sexo. Cidades de São Luís de Potosí, Jalisco, Sonora e Baja Califórnia. 1991. (Porcentuais)

<b>Idade</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
9 a 14	<b>17,1</b>	<b>15,8</b>
15 a 19	<b>15,9</b>	<b>32,8</b>
20 a 24	<b>26,1</b>	<b>15,3</b>
25 a 29	<b>12,5</b>	<b>8,0</b>
30 a 34	<b>8,2</b>	<b>7,7</b>
35 a 39	<b>5,6</b>	<b>6,9</b>
40 a 44	<b>4,6</b>	<b>5,2</b>
45 a 49	<b>5,0</b>	<b>5,0</b>
50 a 54	<b>2,4</b>	<b>2,2</b>
55 a 59	<b>1,0</b>	<b>0,4</b>
60 e mais	<b>1,6</b>	<b>0,7</b>

Fonte: Extraído de BARRÓN, María Antonieta. Empleo en la agricultura de exportación en México. UNAM, Ciudad de México. 1997, p. 90.

Observa-se uma presença forte da mão de obra feminina e de crianças e adolescentes. A participação destes “trabalhadores” varia muito entre as regiões do país. Os salários são regulados a partir de quatro condicionantes: a) a intensidade e regularidade da demanda de força de trabalho na região; b) o ciclo de cultivo do produto, dado que é determinante na colheita; c) as condições da oferta de trabalho, se ela for maior a demanda diminui o salário e vice-versa e; d) as alternativas de emprego que oferece a região. Também está o determinante regional, as variações de salários em uma mesma atividade produtiva variam de estado para estado, o que também contribui para os processos migratórios (Barrón, 1997:72-96). Caracterizou-se no estudo uma forte precarização do trabalho a partir da década de 1990 que se incrementaram a partir do TLCAN e nos primeiros dez anos de sua posta em marcha sem parar de agravar-se.

Sobre o trabalho no meio rural, devemos citar o estudo de Posadas (2018), que analisa o mercado de trabalho de jornaleiros rurais no México, realizando uma crítica à literatura clássica sobre a temática dentro do país. As análises sobre o mercado de trabalho rural se centram no debate sobre o que determina o mercado: da oferta ou da demanda de trabalho. Os modelos clássicos de mercado perfeito, sócio demográfico e institucionalista, contêm uma série de supostos racionalistas, que se contradizem com a realidade social, os quais são possíveis de contrapor outros enfoques alternativos de atores que constroem sua demanda e oferta de força de trabalho (De La Garza 2006; 2012). Neste sentido, propõe Posadas (2018), se deveria perguntar nas pesquisas realizadas sobre a temática, pontos como: quantidade de trabalhadores, qual é seu perfil sócio demográfico, trabalhista, salarial, subjetivo, e fundamentalmente, quem resolve suas dificuldades.



A resposta segundo Posadas (2012) é clara: o empresário é o ator fundamental na demanda da força de trabalho, que é uma construção social relacionada com o interesse econômico pela acumulação de capital e a obtenção de lucros, mais muito influenciada pelas características e o destino do mercado e da mercancia produzida, o tamanho das empresas produtoras, o nível de produtividade, a região e a escala de concentração empresarial. Estas variáveis incidem como fatores estruturais na construção da oferta de ocupação ou demanda de trabalho (Posadas, 2018: 3-4). Observando o perfil dos jornaleiros rurais, e tomando as informações do INEGI, utilizadas por Posadas, se observa que os jornaleiros rurais correspondem ao seguinte perfil: a maior parte da mão de obra assalariada no campo é eventual, com baixa qualificação e pouca escolaridade (média de quatro anos de ensino fundamental), adulta, indígena e masculina. Na relação de cultivos que requerem trabalho assalariado, como pimenta, tomate, abóbora, entre outros, prevalecem percentuais altos de mulheres (26%), indígenas (21%), migrantes (31%), preferentemente homens de idade superior aos 36 anos, com experiência de trabalho média de 22 anos (Posadas, 2018: 6-7).

Desde o início da década de 1990 se colocou em marcha uma estratégia de transformação do meio agrário na América Latina e, particularmente no México, se iniciaram ações que se transformaram na experiência piloto sobre o tema para o continente. Este processo se fundamentou no que ficou conhecido pelo nome de ERNA – emprego rural não agrícola – promovido desde as organizações internacionais, tais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional e, estudado e difundido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, FAO (pela sigla em inglês) Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, Comissão Econômica para América Latina e o Caribe e pela Organização Internacional do Trabalho.

Os argumentos centrais foram: a) que o ERNA seria uma alternativa para a complementação de renda das famílias de agricultores com baixo nível de produtividade, ou seja, campesinos que produzem para o autoconsumo e para a venda de excedentes em pequena escala; b) as múltiplas oportunidades que o meio rural pode apresentar para o desenvolvimento de atividades econômicas diversificadas e não tradicionais, tais como, turismo, artesanato, prestação de serviços, pequena industrialização de produtos, emprego em setores manufatureiros, entre outros; c) que contribui com as diversas políticas de combate à pobreza; d) que permite diversificar as fontes de ingresso familiares; e) que possibilita o acesso a melhores oportunidades.

Um estudo de Reardon e Cols. (2004) analisou o ingresso agrícola na América Latina, onde constataram que o ingresso não agrícola era significativo, por constituir com 40% do ingresso rural total na América Latina e o Caribe. Mesmo assim, observaram que as famílias pobres e as regiões pobres com frequência carecem de acesso ao emprego não agrícola melhor remunerado que possibilitara aliviar sua situação de pobreza e, que se dedicam a atividades rurais não agrícolas



equivalentes a “agricultura de subsistência”, que são de baixa produtividade, mal remuneradas, instáveis e com pouco potencial de crescimento. Quando estes grupos de baixos ingressos se dedicam a atividades pluriativas o fazem para sobreviver, já que em estas ocupações sem futuro, não conseguem prosperar (Reardon, 2004: 16-23). Estas ocupações acabam constituindo-se em medida paliativa para evitar encontrar-se em situações de pobreza extrema.

En Brasil, Chile, Colombia, México y Nicaragua, la proporción del ingreso agrícola proveniente del empleo asalariado es en promedio mucho mayor para aquella proveniente del empleo por cuenta propia. En cambio, en Ecuador, Honduras y Perú, el empleo por cuenta propia es más importante que el empleo asalariado no agrícola, especialmente en las zonas más pobres. (Reardon, 2004: 27).

Para os autores, observou-se que a participação do ingresso do emprego por conta própria aumenta com a posse da terra, devido provavelmente a que estas famílias dispõem de fontes de liquides próprias para iniciar negócios não agrícolas em um contexto geral, em que faltam os mercados de crédito rural. Mais se observaram também, resultados a respeito da participação do emprego por conta própria no ingresso total das famílias, principalmente por que muitas famílias sem-terra, com educação, centram-se em empregos assalariados de alta produtividade como a docência (Reardon, 2004: 28).

Nas conclusões do estudo de Reardon e Cols, realizam duas observações importantes. A primeira, é que para fomentar o ERNA, será fundamental remover a forte marca agropecuária que caracterizam as políticas de desenvolvimento rural e, adotar uma postura de promoção do desenvolvimento territorial e do conjunto da economia rural. Segundo os autores, não existem motivos que justificassem depender exclusivamente do desenvolvimento agropecuário para melhorar a qualidade de vida nas regiões rurais, ou para avançar na superação da pobreza. E mais ainda, o próprio desenvolvimento agropecuário requer necessariamente do crescimento da indústria e dos serviços. Em grandes regiões rurais, apostar de forma exclusiva ou predominante ao desenvolvimento agropecuário seria consagrar uma situação de pobreza, marginalização e estancamento endêmico.

A segunda, é que nos casos das regiões pobres, onde a relação com mercados dinâmicos é fraca ou inexistente, seria necessária a correção da frequente distorção de muitos projetos de desenvolvimento que promoveram a criação de microempresas e outros empreendimentos, familiares ou associativos que terminam reduzidos a “ERNA de refúgio”, de baixa produtividade ao não se vincular com mercados dinâmicos que demandem os bens e serviços produzidos por estas iniciativas. Os projetos de desenvolvimento rural com financiamento de organismos multilaterais e da cooperação internacional com frequência são a “cara” das políticas públicas, em especial em países e regiões relativamente mais pobres. “É indispensável que estes projetos assumam que em América Latina e o Caribe, crescentemente o rural não é sinónimo do agropecuário”. Em consequência, devem desenhar-se pensando em ações orientadas ao conjunto do espaço rural, que inclui o espaço agrícola e o dos pequenos e médios núcleos urbanos (Reardon, 2004: 29-31).



Um informe da Organização Internacional do Trabalho – OIT de 2014, sobre o caso de México anunciava na sua portada: “Próximo de 60% dos trabalhadores no México o faz em setores informais”.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto se propôs contribuir para o debate iniciado na década de 2000 a partir da iniciativa dos BRICS sobre os Países de Renda Média – PRM, e os efeitos de “políticas de cooperação” realizadas a partir dos chamados Tratados de Livre Comércio. Os processos desencadeados no contexto da reestruturação política do capital no marco da globalização levaram a diversas e variadas formas de apropriação e reprodução do capital, entre estas, a promovida pelos Estados Unidos e Canadá com a implementação do Tratado de Livre Comércio de América do Norte – TLCAN a partir de 1994. O discurso que fundamentou o TLCAN incluía a “cooperação para o desenvolvimento” entre os países signatários e, foi assimilado pelo governo mexicano como uma solução para a grave crise agrária existente no campo mexicano desde início da década de 1980.

Estas aparentes soluções tinham por base três argumentos centrais; i) combater a pobreza e o desemprego; ii) incentivar a indústria manufatureira e; iii) controlar a migração de mexicanos para os Estados Unidos. Mais em realidade se pretendia uma abertura comercial e irrestrita entre os três países para a liberalização do comércio nos moldes do capitalismo Norte Americano e, em particular para o campo mexicano, modernizar radicalmente o mercado de terras, um aprofundamento das políticas de estímulo à indústria manufatureira para exportação com mão de obra campesina, a subjunção do território ao capital financeiro, uma reestruturação produtiva que fomenta o abandono das culturas tradicionais de México pela substituição de uma produção dirigida para a exportação, e o desmonte generalizado da já precária participação do Estado mexicano nas políticas de desenvolvimento territorial rural.

Os principais impactos sobre o campo mexicano nos últimos 24 anos foram: i) o agravamento da crise no campo mexicano, com o aumento do desemprego e da pobreza; ii) a substituição da produção de alimentos básicos pela produção de alimentos destinados à exportação tais como frutas, hortaliças e flores, provocando uma séria crise na soberania alimentaria; iii) provocando um significativo impacto sobre os processos migratórios internos e externos, onde milhões de mexicanos atravessaram as fronteiras de Estados Unidos, e outra grande parte da migração se trasladou a regiões que concentraram a produção para exportação, além dos que migraram para o trabalho informal nas indústrias manufatureiras para a exportação localizadas, na sua grande maioria, nas regiões fronteiriças com Estados Unidos. Entendemos esta experiência como paradigmática pela sua gravidade e, de enorme preocupação visto que este tipo de tratados se reaplicou por toda América Latina durante a década de 2010, e se mantem em vigor até o dia de hoje. Portanto, o debate sobre o que tipo de cooperação para o desenvolvimento se necessita, continua pertinente e urgente.



## REFERÊNCIAS

BARRÓN, María Antonieta. Empleo en la agricultura de exportación en México. UNAM, Ciudad de México. 1997.

CALDERÓN, Salazar Jorge. El efecto del Tratado de Libre Comercio de América del Norte y del Tratado de Libre Comercio México-Unión Europea en la agricultura mexicana. In: “El Desarrollo Agrícola y Rural del Tercer Mundo en el contexto de la Mundialización”. Ciudad de México. UNAM, 2004.

CALVA, Téllez, José Luis. El Consenso de Washington y la problemática agropecuaria de México. (VALLE, Rivera María del Carmen). (Coordinadora). In: El Desarrollo Agrícola y Rural del Tercer Mundo en el contexto de la Mundialización. Ciudad de México. UNAM, 2004a.

CALVA, Téllez José Luis. Ajuste estructural y TLCAN: efectos en la agricultura mexicana y reflexiones sobre el ALCA. In: El Cotidiano. Universidad Autónoma Metropolitana unidad Azcapotzalco. Ciudad de México, 2004b.

CRAWFORD, Terry. Impacto del TLCAN en el comercio agrícola. In: Revista mexicana de agronegocios. Vol. XV, n° 28, 2011.

CONCHEIRO, Bórquez Luciano; ROBLES, Berlanga Héctor. Tierra, territorio y poder a cien años de la reforma agraria en México: lucha y resistencia campesindia frente al capital. In: Capitalismo: Tierra y Poder en América Latina. CONCHEIRO, Luciano; ALMEYRA, Guillermo; MENDES, João Márcio; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. (Orgs). Clacso Argentina – UAM-Xochimilco. Vol. III, Buenos Aires, 2014.

GÓMEZ, Cruz Manuel; SCHWENTESIUS, Rita. ¿Renegociar el capítulo agropecuario del TLCAN? Argumentos y Contra-Argumentos. México. La jornada. 2004.

LECHUGA, Yuliana; GARCIA, José Alberto. Efectos del TLCAN sobre el empleo de mano de obra em el sector agrícola de México: 1994-2010. In: Región y Sociedad, n° 60, 2014.

MÉXICO. CAMARA DE DIPUTAOS DE LA REPÚBLICA. “*El TLCAN y la Agricultura: Situación general al 2002 y propuesta de solución a la problemática generada para la apertura en el 2003*”. Servicio de Investigación y Análisis. División de Política Social. Ciudad de México, 2003(a).

MÉXICO. CAMARA DE DIPUTAOS DE LA REPÚBLICA. “*El sector agroexportador de frutas y hortalizas frescas mexicano en el contexto de la apertura comercial: reestructuración productiva, productividad y remuneración del trabajo*” Servicio de Investigación y Análisis. División de Política Social. Ciudad de México, 2003(b).

MÉXICO. CAMARA DE DIPUTAOS DE LA REPÚBLICA. “*Análisis de las asimetrías entre el campo mexicano y estadounidense*” Servicio de Investigación y Análisis. División de Política Social. Ciudad de México, 2003(c).

MUNGARAY, Lagarda Alejandro; ESCAMILLA, Diaz Antonio; GARCIA, Meneces Erika. Migración por empleo en México. La experiencia de Baja California entre 2008 y 2012. In: Región y Sociedad. Colegio de Sonora, año 26, n° 61, 2014.

POSADAS, Segura Florencio. Mercado de trabajo de los jornaleros agrícolas en México. In: Región y Sociedad. Colegio de Sonora, año 30, n° 72.



PUYANA, Alicia; HORBATH, Jorge; ROMERO, José. El sector agropecuario mexicano: un quinquenio con el Tratado de Libre Comercio de Norteamérica. In: OASIS – Observatorio de Análisis de los Sistemas Internacionales. Universidad Externado de Colombia. Bogotá, N° 11, 2006.

QUINTANA, Luis; SALGADO, Uberto. Migración Interna Mexicana 1990 a 2010: un enfoque desde la Nueva Geografía Económica. In: Problemas del Desarrollo. Ciudad de México, n° 184, vol, 47, 2016.

REARDON, Thomas; BERDEGUÉ, Julio; ESCOBAR, Germán. Empleo e Ingresos Rurales no Agrícolas en América Latina. Santiago de Chile, BID, CEPAL, FAO, REMISP, 2004.

ROLDAN, Genoveva. Migración México – Estados Unidos: paradoja liberal renovada del TLCAN. In: Problemas del Desarrollo. Ciudad de México, n° 181, vol. 46, 2015. RUBIO, Blanca. De la crisis hegemónica y financiera a la crisis alimentaria. Impacto sobre el campo mexicano. In: Argumentos, Universidad Autónoma Metropolitana, Xochimilco. Vol, 21, n° 57, 2008.